

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos vinte e sete dias do mês de maio, de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:00 horas, iniciou-se a reunião com a composição da mesa pela Secretária Geral, Carmen Lúcia Bomtempo. A reunião teve como ponto de pauta: 1 - Discussão com a sociedade sobre as condições de trabalho - violência urbana nas unidades de saúde de Belo Horizonte; 2 - Informes gerais. A reunião contou com a presença das seguintes autoridades envolvidas no Debate: Tenente Coronel Antônio Carlos dos Santos do comando geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Mirelle Porto Malheiros Fialho, Delegada da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Maria Aparecida Leão, representante do COREN- MG, Adriane Mendes de Souza, representante do Conselho Regional de Assistência Social, Wagner Dias Ferreira, Assessor Jurídico da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Vereador de Belo Horizonte, Célio Moreira, Ricardo Menezes, Presidente do Sindicato dos Médicos, Antônio Francisco da Silva, Representante do SINDIBEL, Marcos, SINDISAÚDE e o senhor Liberalino da Associação de Moradores da Pedreira Prado Lopes. A discussão foi muito proveitosa e resultou em uma carta aberta a população. O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, reunido em Plenária Extraordinária no dia 27/05/97, vem a público manifestar sua preocupação com a violência que se abate contra o povo brasileiro em geral e especificamente nas unidades de saúde de nossa capital. Neste momento estamos vivendo inúmeras experiências demonstrando um profundo desrespeito à vida humana. Como exemplos, podemos citar o episódio envolvendo o índio Pataxó, que foi queimado enquanto dormia, as chacinas promovidas contra as populações que lutam por condições mínimas de sobrevivência, entre outras agressões. Esta escalada de violência reflete as enormes injustiça contra o povo brasileiro, que vive sob uma exclusão social que leva milhões para a miséria, o analfabetismo e a doença, enquanto uma minoria acumula uma riqueza sem precedentes. A política implementada pelo Governo Federal tem privilegiado os setores mais favorecidos economicamente, como os banqueiros, latifundiários e políticos, deixando para segundo plano setores fundamentais para a garantia da cidadania, como a saúde, educação e segurança pública. A saúde, apesar de constar na Constituição Federal como dever do estado e direito do cidadão, vive sem os recursos mínimos necessários para seu pleno funcionamento. O direito de acesso das pessoas à saúde gera revolta e violência. Não é violência à própria negação deste direito? Diante deste quadro, o que pode ser feito? Acreditamos que é fundamental, neste momento de crise de valores, repensar o

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

42 significado da vida de cada um de nós é preciso estarmos atentos para as injustiças
43 cometidas contra a pessoa humana e buscarmos saídas coletivas para esta questão. O
44 compromisso dos trabalhadores, instituições de saúde e de segurança precisa estar
45 voltado para a conquista da cidadania. A ação dos serviços de segurança pública não
46 deve colocá-lo contra a população e sim fazer com que ela se sinta protegida pelos
47 mesmos. A luta contra a violência passa pela correção das injustiças sociais, contra a
48 corrupção, pelo acesso à terra, moradia, emprego e lazer. O acesso à saúde, com a
49 plena implantação do Sistema Único de Saúde, deve ser garantido como princípio
50 básico da dignidade humana. A luta contra a violência é de todos nós. Às 18:30
51 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a
52 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e
53 pela Secretária Geral.

54

55 Belo Horizonte, 27 de Maio de 1997.

56

57 JOM/vld

58

59

60